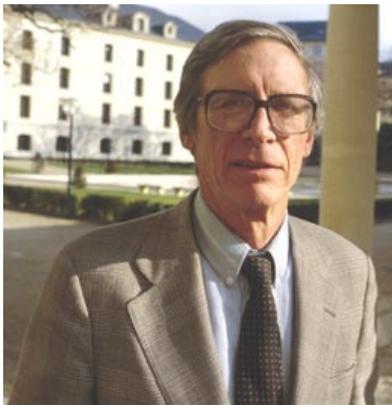


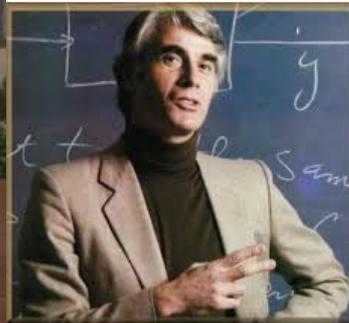
O problema da Justiça



**John Rawls
(1921-2002)**



Michael Sandel (1953-)



**Robert Nozick
(1938-2002)**

**Qual a forma mais justa de distribuir
a riqueza?**

Porque falam as pessoas tanto em justiça?

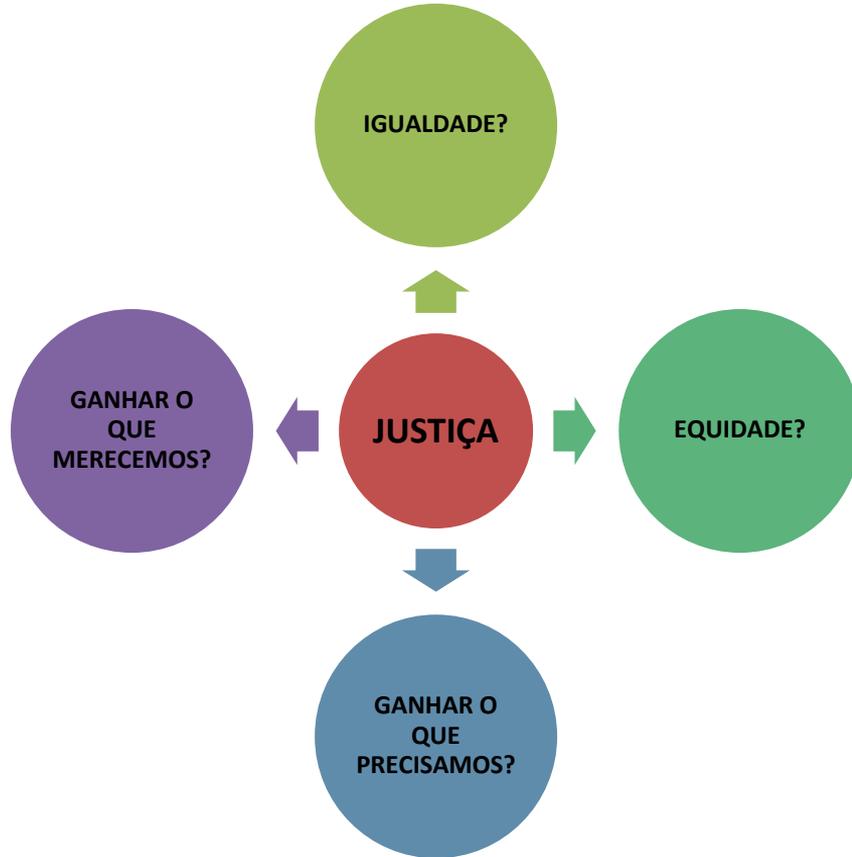
Porque é um dos conceitos morais e sociais mais fundamentais da vida de todos

A definição de justiça, o que a justiça significa para nós, define o que a sociedade deve ser ou o que achamos que ela deva ser.

Mas podemos falar de justiça em sentidos diferentes:



**Mas o que
deve implicar
a justiça?**



Como equilibrar a balança da justiça?

A justiça visa o bem comum



Justiça como *harmonia*



De acordo com esta visão uma sociedade justa seria aquela onde todos cumprem o seu papel (o seu dever) de modo a que ela funcione. Violar esses papéis é considerado injustiça.

A justiça vista pelo utilitarismo

Mas a Justiça também pode ser entendida de modo **utilitarista**, segundo o qual, uma sociedade justa é aquela que tenta melhorar a média de qualidade de vida para os seus cidadãos.

E pelos libertários?

Para um libertário uma sociedade justa é simplesmente aquela que permite aos seus cidadãos serem o maximamente livres, com a menor intervenção do Estado (Estado mínimo).

Saber qual é a maneira mais adequada de organizar a sociedade é a preocupação da filosofia política.

Por regra quando as pessoas falam de justiça estão a falar de quem tem mais coisas e de como funciona a sociedade.

Mas.... Quem é que decide ou deve decidir estas coisas e com que critérios é que decide?

A área da filosofia que trata deste problema é a filosofia política e o problema é conhecido como o problema da justiça distributiva.



PROBLEMA DA JUSTIÇA:

Será que não posso ficar com tudo o que adquiri? Ou existe a necessidade de redistribuir a riqueza? E se há, qual a maneira mais justa de o fazer? Na distribuição da riqueza estará em causa o bem individual ou o bem comum?

Diferentes concepções de Justiça

Justiça como igualitarismo

Defende que todos devem receber o mesmo

Crítica:

Ignora a ideia de proporção. Será que todos merecem receber o mesmo?

JUSTIÇA COMO IGUALDADES DE OPORTUNIDADES

Defende a Igualdade política e a Igualdade económica

Crítica:

O problema é que há sempre pessoas que partem em vantagem (biológica, económica, social, etc..)

JUSTIÇA COMO UTILIDADE SOCIAL

É justo o que é socialmente útil. A cada um o que é devido, mas tendo em conta o interesse global da sociedade.

Crítica:

Há muitos casos em que os interesses gerais da sociedade colidem com os interesses individuais ou de pequenos grupos.

O bem geral nem sempre é justo.

Justiça baseada na necessidade

Defende que se as pessoas têm necessidades diferentes, não têm de ganhar exatamente o mesmo.

Crítica

Mas isso acaba sempre por favorecer algumas pessoas em detrimento das outras.

Justiça baseada no mérito

Defende que: a cada um aquilo que merece.

Crítica

Pessoas que partem em vantagem.

JUSTIÇA COMO EQUIDADE SOCIAL

JOHN RAWLS

Também conhecida por **liberalismo social** ou **liberal igualitária**

Para começar:

Consideremos uma sociedade em que a grande maioria das pessoas é muito pobre, mas em que existe um pequeno grupo de pessoas extremamente ricas. Será que uma sociedade assim pode ser justa? Porquê?

Imaginemos agora uma sociedade em que todas as pessoas usufruem da mesma riqueza. Uma sociedade como esta será forçosamente justa? Porquê?

O que dizem as pessoas?



O rico diz que Numa sociedade justa os ricos não devem ser prejudicados só por serem ricos.



O pobre diz que Numa sociedade justa os pobres não devem ter menos acesso à riqueza só por terem nascido pobres.

O que dizem as pessoas?



O inteligente diz que numa sociedade justa os inteligentes devem ganhar mais.



O menos inteligente diz que a o mais importante para a distribuição da riqueza não deve ser a inteligência de cada um.

O que dizem as pessoas?



O trabalhador diz que numa sociedade justa os mais trabalhadores devem poder ganhar mais do que os que trabalham menos.



O preguiçoso diz que numa sociedade justa a distribuição da riqueza não deve depender de se trabalhar muito ou pouco.

Conclusão

A sociedade é muito injusta. Mas será que as pessoas são moralmente diferentes?

Se não são, como justificar as diferenças de riqueza se as pessoas não forem moralmente responsáveis por essas diferenças?

John Rawls pensa que muitas das diferenças na distribuição da riqueza acontecem por critérios arbitrários, isto é, razões que as pessoas não dominam, como os seus **talentos naturais** ou **circunstância e contexto social**.



Se não somos responsáveis pelos talentos naturais, nem pelo contexto em que nascemos, então justifica-se uma correção na justiça – **Princípio da Diferença.**

A teoria de John Rawls

Rawls sugere que, para encontrar os princípios da justiça correctos, devemos fazer uma **experiência mental**:

Temos de imaginar uma situação em que os membros de uma sociedade sejam levados a avaliar princípios da justiça sem se favorecerem indevidamente a si próprios pelo facto de serem ricos, pobres, talentosos ou poderosos.

Ou seja, temos de imaginar que os membros de uma sociedade estão a avaliar princípios da justiça numa situação que garanta a imparcialidade da sua avaliação. Rawls designa essa situação imaginária por **posição original**

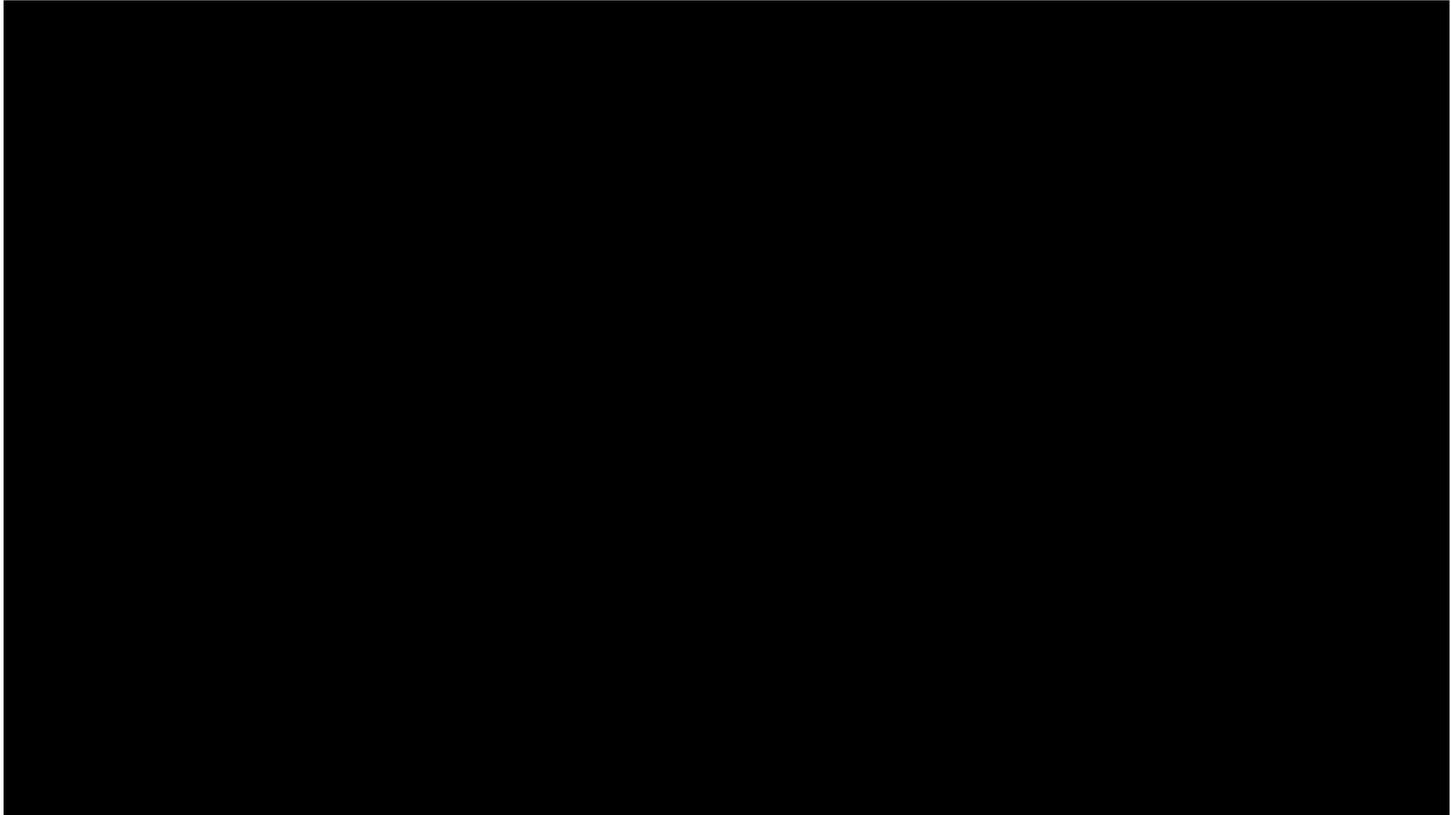


Aquilo que as caracteriza na posição original é o facto de estarem sob um **véu de ignorância**:

sofreram uma espécie de amnésia que as faz desconhecer quem são na sociedade e quais são as suas peculiaridades individuais.

Por isso, são forçadas a avaliar princípios da justiça com imparcialidade. Como quem está na posição original não sabe, por exemplo, se é rico ou talentoso, não vai escolher princípios da justiça que favoreçam indevidamente os ricos ou os talentosos.

Analizando o “véu” da ignorância com o professor Michael Sandel



Os princípios da justiça

Os princípios da justiça correctos são aqueles que seriam escolhidos na posição original.

Nessa posição, os membros da sociedade, estando todos sob o mesmo véu de ignorância, ficam numa situação equitativa — daí que Rawls nos esteja a propor uma teoria da justiça como equidade.

Os princípios da justiça

- **Princípio da liberdade igual:**

O mais importante e que se sobrepõe aos outros dois, pois não há diferença nem oportunidade justa se não houver primeiro liberdade.

- **Princípio da oportunidade justa**

Menos importante que o anterior, mas mais que o seguinte.

- **Princípio da diferença**

Que vem em consequência dos dois anteriores



UMA TEORIA DA JUSTIÇA

JOHN RAWLS

Como funcionam os princípios da justiça?

Estes princípios funcionam de modo interdependente.

Se apenas houver liberdade, coloca-se em causa a justiça social (porque necessariamente uns indivíduos possuirão sempre mais bens do que outros e os que possuem mais possuirão sempre mais — a riqueza gera riqueza); **se apenas houver justiça social**, coloca-se em causa a liberdade (porque limita-se a liberdade dos indivíduos para poderem possuir mais bens do que o número de bens que possuem). Torna-se assim necessário a **conjugação da liberdade e da justiça social, para que uma sociedade possa ser justa.**

Mas esta justiça social só é possível mediante **um contrato**, contrato esse em que as pessoas não se beneficiem. Daí o véu da ignorância que garante imparcialidade.

Mas será que temos a capacidade postulada no véu da ignorância?

Para promover a liberdade e a justiça social na sociedade é necessário que o Estado siga/aplique os três princípios fundamentais que falamos atrás.

Princípio da liberdade

Cada pessoa tem direito igual ao mais vasto sistema total de liberdades básicas iguais que seja compatível com um sistema semelhante de liberdade para todos.



De certo modo implica o famoso princípio de que a nossa liberdade termina quando começa a liberdade dos outros.



Os outros princípios (diferença e oportunidade justa) dependem deste. Por isso jamais se justificaria alguma situação em que alguém aumenta os seus rendimentos violando o princípio da liberdade (aceitando enriquecer por exemplo com a escravatura)

Princípio da igualdade de oportunidades

Consiste em garantir a todos os indivíduos as mesmas oportunidades de acesso às várias posições e funções na sociedade, independentemente da raça, de ser rico ou pobre, de ser homem ou mulher. Desde que os indivíduos possuam idênticas capacidades e competências, têm as mesmas possibilidades de acesso a um emprego, por exemplo.



Garante que todos partam de uma base igual

Princípio da Diferença

O **princípio da diferença** favorece também uma distribuição equitativa da riqueza. No entanto, este princípio não afirma que a riqueza deve estar distribuída tão equitativamente quanto possível.

Se as desigualdades na distribuição da riqueza acabarem por beneficiar todos, especialmente os mais desfavorecidos, então justificam-se.

Para esclarecer o princípio da diferença

imaginemos duas sociedades:

SOCIEDADE 1: todos têm a mesma riqueza, mas todos são muito pobres;

SOCIEDADE 2: há desigualdades na distribuição da riqueza, mas essas desigualdades acabam por beneficiar todos, de tal forma que nem mesmo os mais desfavorecidos são muito pobres.

O princípio da diferença sugere que a segunda sociedade é, apesar das desigualdades que a caracterizam, preferível à primeira. Isto porque na segunda os mais desfavorecidos vivem melhor do que os membros da sociedade estritamente igualitária.

Por que razão pensa Rawls que, na posição original, as partes escolheriam os princípios da justiça por si indicados?

Afinal, por que razão não escolheriam antes, por exemplo, um princípio da justiça de carácter utilitarista?

Se o fizessem, conceberiam uma sociedade justa simplesmente como aquela em que há um maior total de bem-estar, sem que interesse o modo como este se distribui pelas diversas pessoas.

Então qual a razão que afasta Rawls do utilitarismo?

Para o utilitarismo se uma ação maximiza a felicidade não importa se a felicidade é distribuída de modo igual ou desigual. Desníveis entre ricos e pobres são justificados pelo utilitarismo (desde que seja satisfeita a felicidade da maioria)

Mas mesmo assim o utilitarismo pode conduzir a uma sociedade mais justa: vamos supor que tirar aos mais ricos para distribuir aos mais pobres faz mais gente feliz, tal está de acordo com o princípio utilitarista (maximização do bem) e ao mesmo tempo garante uma sociedade mais justa.

Então por que razão Rawls continua a negar o utilitarismo?

Exatamente porque o utilitarismo vê a igualdade como um meio e não um fim em si mesmo. Para o utilitarista a igualdade é um meio para satisfação da maioria das pessoas. Ora, Rawls entende que a igualdade é um princípio inviolável.

Para Rawls a igualdade é o ponto de partida e não de chegada. É um princípio de toda a justiça e, por isso, inviolável. Mas o utilitarismo parece aceitar violar a igualdade se em causa estiver o maior bem para um maior número de pessoas.

Princípio *Maximin*

a estratégia para uma sociedade mais justa

Maximizar todas as oportunidades e calcular o risco previsível para as diferentes opções. De acordo com este princípio é sempre preferível escolher a opção mais segura que implica o menor risco para todos.

o princípio *maximin*

	Pior resultado possível	Melhor resultado possível
Opção A	Pobreza extrema	Riqueza extrema
Opção B	Pobreza acentuada	Riqueza acentuada
Opção C	Pobreza moderada	Riqueza moderada

Imaginando-nos na posição original, a coberto do véu de ignorância, a escolha mais racional seria optar por C. Apesar de nas opções A e B podermos vir a ser mais ricos, seria mais seguro optar por C, caso em que o pior que nos poderia acontecer seria a pobreza moderada.

o princípio *maximin*

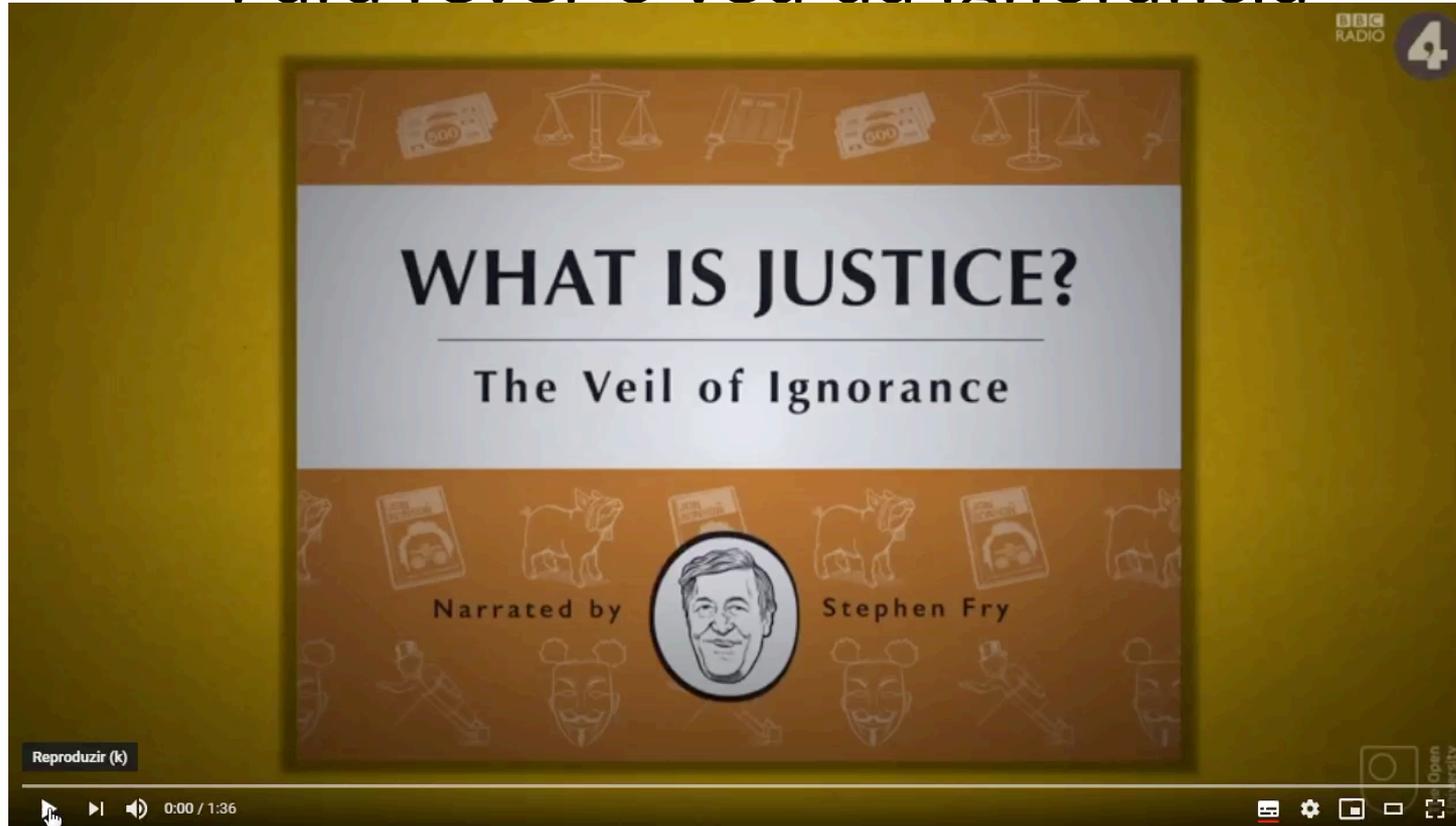
- Em suma, o princípio *maximin* diz-nos o seguinte:

Cada alternativa tem vários resultados possíveis, sendo uns melhores do que outros. Entre as alternativas disponíveis, deve-se escolher aquela que tenha **o melhor pior resultado possível**.(isto é, maximizar sempre os resultados)

Em resumo:

- Redistribuição da riqueza
- Princípio da liberdade, diferença e oportunidade justa
- Posição original
- Véu da ignorância
- Princípio *maximin*

Para rever o véu da ignorância



1:36

Em resumo

Rawls defende:

O Liberalismo – porque defende acima de tudo as liberdades dos indivíduos

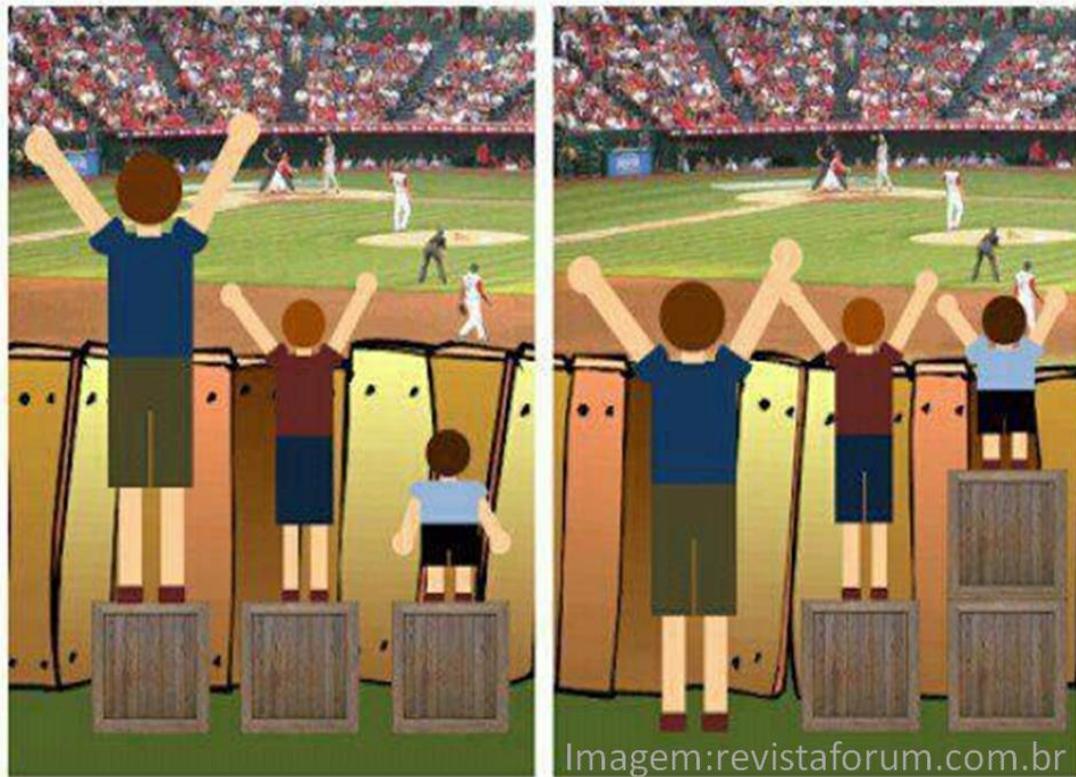
Social (liberalismo) – pois uma sociedade para ser justa deve assegurar iguais liberdades e oportunidades justas.

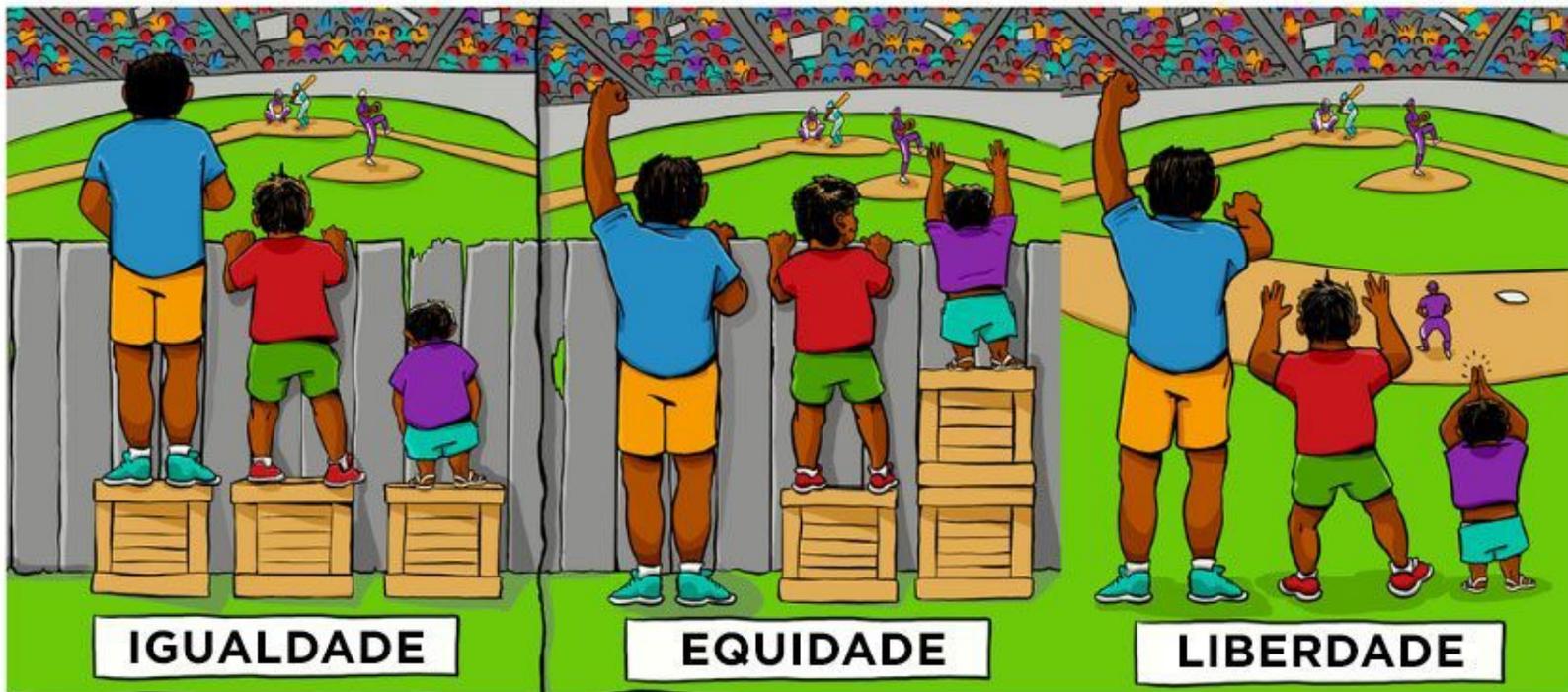
Desigualdades aceitáveis – apenas se trouxerem benefícios para todos.

Intervenção do Estado – para repor desigualdades que resultem em pior distribuição da riqueza para os menos favorecidos

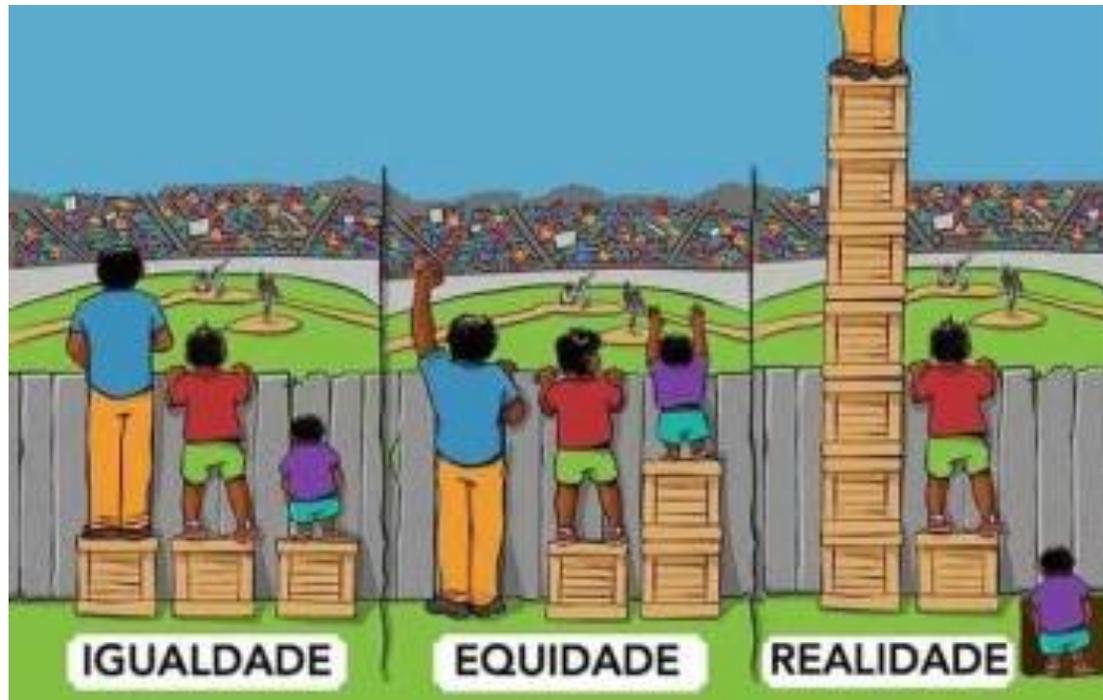
Contratualismo – já que defende que a sociedade justa é resultado de um contrato (hipotético a partir da posição original)

O que pensar desta imagem?





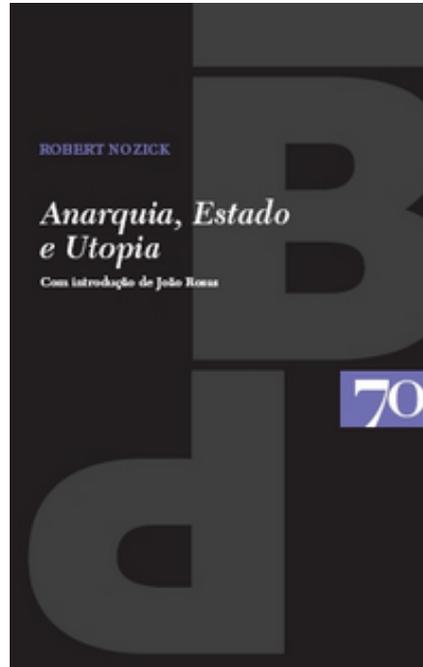
Será que Rawls criticaria esta imagem?



AS DUAS OBJEÇÕES A RAWLS

- **Objecção libertarista de Nozick ao Princípio a diferença**
- **Objecção comunitarista de Sandel à posição original e véu da ignorância**

A crítica de Robert Nozick



A crítica de Nozick refere-se, em primeira mão, ao princípio da diferença de Rawls.

Argumento de Wilt Chamberlain



A crítica de Nozick

Imaginemos que a Ana e o Mário pertencem a uma sociedade cuja riqueza está distribuída em conformidade com o princípio da diferença. A riqueza de ambos é igual: ambos ganham mil euros por mês, por exemplo.

Mas a Ana poupa dinheiro e começa um negócio de venda de artesanato, que ela própria produz nos tempos livres.

O Mário, ao invés, usa os tempos livres para esbanjar dinheiro. Entretanto, o Mário acaba por ser despedido por ser desleixado. Dois anos depois, o rendimento mensal da Ana é de dez mil euros; o do Mário é de trezentos euros. Esta sociedade está agora desequilibrada e o estado terá de intervir, tirando dinheiro dos impostos da Ana, para dar ao Mário.

A crítica de Nozick

Nozick defende que essa interferência do estado é eticamente inaceitável. Respeitar a liberdade dos indivíduos implica não violar os seus **direitos de propriedade**. Ora, para concretizar o padrão de justiça do princípio da diferença, o estado tira a alguns indivíduos, sem o seu consentimento, parte daquilo que possuem legitimamente, para beneficiar os mais desfavorecidos. Segundo Nozick, isto viola os seus direitos de propriedade — e, portanto, desrespeita a sua liberdade.

A crítica comunitarista

Michael Sandel

Para os comunitaristas o erro de Rawls está em considerar os indivíduos como sujeitos políticos isolados.

A ideia de justiça deve decorrer do **bem comum**, inserida na **comunidade**.

Ora, se é a comunidade que está em causa, então a metodologia de Rawls (posição original e véu da ignorância) para encontrar os princípios da justiça não são adequados, dado que parte na posição original dos interesses individuais e não dos interesses comunitários.

Mas ainda cabe aqui outra reflexão?

**Será que algo como a posição original é exequível?
Será mesmo possível que nos posicionemos tal qual
Rawls propõe? Até que ponto seremos capazes desse
exercício já que este problema pretende resolver
situações bastante práticas? O que pensar?**

EM RESUMO



Objecção libertarista de Nozick ao Princípio a diferença

Objecção comunitarista de Sandel ao posição original e véu da ignorância

Exemplos para reflectir

Vamos supor que o Estado resolve abrir vagas especiais nas escolas para alunos de meios desfavorecidos, com currículos especiais para eles. Nessas condições, esses alunos conseguem terminar o ensino secundário por vezes com médias superiores aos dos currículos gerais e até entrar nas universidades em pé de igualdade. Será justo? Como avaliaria Rawls esta situação? Que objecções podemos fazer?

Questões de exame

2. Suponha que a sociedade dispõe de uma quantia destinada a financiar a preparação de dois atletas para os jogos olímpicos. Os dois atletas têm o mesmo nível de talento e de capacidades e a mesma motivação para as usar. De acordo com a teoria da justiça de Rawls, estes atletas devem ter a mesma expectativa de sucesso, independentemente da classe social de origem. Por isso, a quantia destinada a financiar a preparação de ambos para os jogos olímpicos deve ser dividida pelos dois em partes iguais.

Identifique o princípio de justiça, proposto por Rawls, em nome do qual a solução apresentada é a correta.

2. **12 pontos**

Identificação do princípio de justiça, proposto por Rawls, que determina a correção da solução apresentada:

– (princípio da) igualdade (equitativa) de oportunidades OU (princípio da) oportunidade justa.

7. O caso seguinte serve para testar a teoria da justiça de Rawls.

Um indivíduo sofre de graves deficiências mentais, e um outro tem um grande talento matemático. Estando satisfeitas as necessidades materiais de ambos, a sociedade dispõe de recursos adicionais que permitem ajudar apenas um deles. Desse modo, ou o indivíduo com graves deficiências mentais terá um apoio educativo suplementar, que não irá melhorar significativamente a sua vida, ou será proporcionada uma educação superior ao indivíduo com talento matemático, que dela retirará a grande satisfação de desenvolver todas as suas potencialidades nesse domínio.

Quem, contra Rawls, defender a opção de ajudar o indivíduo com talento matemático estará a pôr em causa

- (A) a existência de bens sociais primários.
- (B) o dever de imparcialidade.
- (C) o princípio da diferença. 
- (D) o princípio da igualdade de oportunidades.

7. Suponha que uma pessoa rica tem de participar na escolha de princípios de justiça que regulem a estrutura básica da sociedade em que vive. De acordo com Rawls, para que a escolha seja razoável, essa pessoa terá de atender às restrições da posição original. Por conseguinte, ela deve escolher princípios de justiça

(A) tendo em conta o rendimento dos mais desfavorecidos.

(B) sem ter em conta que todos são livres e iguais.

(C) sem ter em conta a sua posição social.



(D) tendo em conta os recursos disponíveis.

9. No texto seguinte, é apresentada uma crítica à perspectiva de Rawls.

E se [...] algumas pessoas preferissem apostar? E se vissem a vida como uma lotaria e quisessem certificar-se de que haveria algumas posições muito atrativas para ocupar na sociedade? Em princípio, os jogadores estão dispostos a correr o risco de ficarem pobres se, em contrapartida, tiverem a hipótese de serem extremamente ricos. [...] Rawls acreditava que as pessoas sensatas não desejariam apostar as suas vidas desta maneira. Talvez estivesse enganado a este respeito.

N. Warburton, *Uma Pequena História da Filosofia*, Lisboa, Edições 70, 2012, p. 228. (Texto adaptado)

O propósito do texto é mostrar que, na posição original,

(A) todos queremos obter as posições mais atrativas.

(B) nem todos iriam aplicar a regra *maximin*.



(C) seria sensato melhorar a pior posição social.

(D) todos estamos dispostos a arriscar.

Se repararem está nesta questão em causa uma crítica a teoria de Rawls, que nos diz que a posição original é impossível de se concretizar, é puramente especulativa.

Questão de desenvolvimento

2. Acerca da posição original, Rawls afirma:

O objetivo da posição original é excluir aqueles princípios que seria racional tentar fazer aprovar [...] em função do conhecimento de certos dados que são irrelevantes do ponto de vista da justiça.

J. Rawls, *Uma Teoria da Justiça*, Lisboa, Editorial Presença, 2001, p. 38 (texto adaptado).

Explique a afirmação de Rawls. Na sua resposta, dê pelo menos um exemplo de dados irrelevantes na escolha dos princípios da justiça.

2. 12 pontos

A resposta integra os aspetos seguintes, ou outros igualmente relevantes.

Explicação da afirmação:

- seria racional que cada um tentasse fazer aprovar princípios vantajosos para si, mas não seria justo;
- na posição original, as partes contratantes encontram-se sob um véu de ignorância, que impede o acesso das partes a informação sobre a sua situação particular (irrelevante para a justiça) / que restringe a informação de que as partes dispõem aos factos gerais da vida (relevantes para a justiça);
- na posição original, as vantagens negociais, decorrentes da lotaria natural ou da lotaria social, são eliminadas, de modo a alcançar imparcialmente um acordo quanto aos princípios da justiça.

Apresentação de um exemplo de dados irrelevantes na escolha dos princípios da justiça:

- a posição social dos indivíduos/das partes contratantes OU as capacidades intelectuais dos indivíduos/ /das partes contratantes OU outros.



Níveis	Descritores de desempenho	Pontuação
3	Explica, de modo completo e preciso, a afirmação. Apresenta um exemplo de dados irrelevantes na escolha dos princípios da justiça. Estrutura adequadamente os conteúdos relevantes.	12
2	Explica, parcialmente ou com imprecisões, a afirmação. Apresenta um exemplo de dados irrelevantes na escolha dos princípios da justiça. Apresenta a resposta com falhas na seleção e na estruturação dos conteúdos relevantes. OU Explica, de modo completo e preciso, a afirmação, mas não apresenta um exemplo de dados irrelevantes na escolha dos princípios da justiça. Estrutura adequadamente os conteúdos relevantes.	8
1	Refere corretamente aspetos da teoria da justiça de Rawls (por exemplo, refere que todos devem ter iguais oportunidades ou que todos devem ter iguais liberdades), mas não explica a afirmação, nem dá um exemplo de dados irrelevantes na escolha dos princípios da justiça. Apresenta conteúdos irrelevantes ou com incorreções, mas que não contradizem os conteúdos relevantes apresentados. OU Apenas apresenta um exemplo de dados irrelevantes na escolha dos princípios da justiça.	4

REVENDO OS TÓPICOS DAS AULAS

APRENDIZAGENS ESSENCIAIS

A necessidade de fundamentação da moral - análise comparativa de duas perspetivas filosóficas

O problema do critério ético da moralidade de uma ação:

- **a ética deontológica de Kant**
 - O dever e a lei moral;
 - A boa vontade;
 - Máxima, imperativo hipotético e imperativo categórico; Heteronomia e autonomia da vontade;
 - Agir em conformidade com o dever e agir por dever; Críticas à ética de Kant.

Formulação pelos alunos, a partir da clarificação dos conceitos de juízo de facto, de juízo de valor e de juízo moral, do problema da natureza dos juízos morais e sua justificação filosófica.

Caracterização pelos alunos, com base em textos pré-selecionados pelo professor, das teses e dos argumentos de cada uma das posições relativas à natureza dos juízos morais.

Elaboração pelos alunos, em suporte analógico ou digital, de mapas de argumentos (com eventual redução dos argumentos às formas de inferência válida estudadas).

- a ética utilitarista de Mill
 - A atenção e consequências; o princípio da utilidade;
 - A felicidade; prazeres inferiores e prazeres superiores;
 - A inexistência de regras morais absolutas;
 - Críticas à ética de Mill.

Clarificar a necessidade de uma fundamentação da ação moral.

Enunciar o problema ético da moralidade de uma ação.

Clarificar os conceitos nucleares, as teses e os argumentos das éticas de Kant e Mill.

Discutir criticamente as éticas de Kant e Mill.

Mobilizar os conhecimentos adquiridos para analisar criticamente ou propor soluções para problemas éticos que possam surgir a partir da realidade, cruzando a perspectiva ética com outras áreas do saber.

Ética, direito e política – liberdade e justiça social;

O problema da organização de uma sociedade justa:

- a teoria da justiça de John Rawls
 - A posição original e o véu de ignorância;

Identificação justificada, individual ou colaborativamente, em textos de opinião sobre controvérsias relevantes no momento, de posições que sejam exemplo de cada uma das teses.

Confrontação oral de teses e argumentos entre alunos relativamente à sua posição sobre o problema da natureza dos juízos morais ou discussão em ensaio.

Assunção pelos alunos do papel de decisores políticos e, face a um problema global ou local, tomar uma decisão tendo por base uma das posições relativas ao problema da natureza dos juízos morais.

Colocação dos alunos perante um dos problemas das sociedades multiculturais e solicitar-lhes que o resolvam assumindo uma das posições.

Identificação pelos alunos, a partir de uma situação quotidiana ou em relevo no momento, de razões morais de aceitação ou repúdio de uma ação.

Apresentação aos alunos de situações reais / relevantes no momento, eticamente problemáticas, pedir-lhes para decidirem uma ação e inferirem um princípio ético universal a partir da ação decidida.

**igualdade e
diferenças;
justiça e
equidade
[Filosofia
Política]**

- A justiça como equidade;
- Os princípios da justiça;
- A regra maximin; o contratualismo e a rejeição do utilitarismo;
- As críticas comunitarista (Michael Sandel) e libertarista (Robert Nozick) a Rawls.

Formular o problema da organização de uma sociedade justa, justificando a sua importância filosófica.

Clarificar os conceitos nucleares, as teses e os argumentos da teoria da justiça de Rawls.

Confrontar a teoria da justiça de Rawls com as críticas que lhe são dirigidas pelo comunitarismo (Michael Sandel) e libertarismo (Robert Nozick).

Aplicar os conhecimentos adquiridos para discutir problemas políticos das sociedades atuais e apresentar soluções, cruzando a perspectiva filosófica com outras perspectivas.

Redução, pelos alunos, da argumentação dos autores a formas de inferência válida e analisar a sua validade e solidez.

Elaboração, pelos alunos, de um quadro comparativo entre as duas éticas, pedindo-se que, em trabalho colaborativo, estabeleçam primeiro os critérios de comparação.

Solicitação aos alunos da resolução de problemas éticos reais resultantes da aplicação de conhecimentos de áreas científicas (Biologia, Economia, Física...) a partir de um ponto de vista da ética de Mill ou da ética de Kant, com discussão crítica dos resultados obtidos, por meios analógicos ou digitais.

Identificação, pelos alunos, a nível global ou local (com recurso aos media digitais e eventual garantia da fiabilidade e qualidade das fontes) de situações que configuram uma organização social injusta, com possível clarificação das razões subjacentes (distribuição da riqueza, acesso à educação, a cuidados básicos de saúde...).

Colocação dos alunos a partir da posição original para enunciação dos princípios de justiça, com discussão oral para confronto entre os princípios enunciados, as consequências da sua aplicação e as condições estabelecidas por Rawls relativas à